

MIGUEL REALE JR

DIREITO  
PENAL  
EM AÇÃO

*(PARECERES)*

DIREITO  
PENAL  
EM AÇÃO

---

*(PARECERES)*



MIGUEL REALE JR

DIREITO  
PENAL  
EM AÇÃO

---

*(PARECERES)*



*Conselho Editorial*

**Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão**  
*Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil*

**Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves**  
*Professora da Universidade de Lisboa – Portugal*

**Doutor Georges Martyn**  
*Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica*

**Doutora Agata Cecília Amato Mangiameli**  
*Professora da Universidade de Roma II – Itália*

**Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara**  
*Professora Titular da USP – Brasil*

**Doutor Stelio Mangiameli**  
*Professor da Universidade de Teramo – Itália*

**Doutor José Geraldo de Sousa Junior**  
*Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil*

**Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César**  
*Doutor em Direito Constitucional pela PUC/SP – Brasil*

**Doutor Thomas Law**  
*Doutor em Direito Comercial pela PUC/SP – Brasil*

**Doutor Marcelo Figueiredo**  
*Professor da PUC/SP – Brasil*

**Doutor João Grandino Rodas**  
*Professor Titular da USP – Brasil*

*Editor Chefe*

**Plácido Arraes**

*Editor*

**Tales Leon de Marco**

*Produtora Editorial*

**Bárbara Rodrigues**

*Capa, projeto gráfico*

**Bárbara Rodrigues**

*Diagramação*

**Bárbara Rodrigues**

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2023, D'Plácido Editora

Copyright © 2023, Miguel Reale Jr.

**Belo Horizonte**

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007

Tel.: 31 3261 2801

**São Paulo**

Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR | INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

Catálogo na Publicação (CIP)

R288 Reale Júnior, Miguel, 1944-  
Direito penal em ação (Pareceres) / Miguel Reale  
Jr.. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2023.  
602 p.

ISBN 978-65-5589-699-2

1. Direito 2. Direito Penal I. Título.

CDDir: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO  
D'PLÁCIDO



Rodapé



---

# Sumário

<b><i>Apresentação</i></b> .....	<b>17</b>
<b><i>1. Corrupção, concussão e colaboração premiada</i></b> .....	<b>19</b>
1 – Os fatos .....	20
1.1 – As condutas atribuídas, em Acordo de Colaboração Premiada de “C”, aos administradores das empresas acionistas de “D” .....	20
1.2 – As referências aos administradores das empresas acionistas do “H” no Depoimento de “C”, nos autos da Ação de Investigação Judicial Eleitoral n. (...).....	26
2 – Crimes contra a administração pública.....	27
2.1 – Tutela dos valores e sujeito ativo.....	27
2.2 – As figuras penais.....	28
2.3 – Relação entre corrupção passiva e ativa e a concussão .....	29
2.4 – Traços comuns .....	30
2.4.1 – Ato de ofício inerente às atribuições .....	30
2.4.2 – Vantagem indevida.....	33
3 – Elementos próprios da corrupção ativa.....	34
3.1 – A conduta .....	34
3.1.1 – O momento consumativo do delito .....	34
3.1.2 – O momento da oferta.....	35
3.2 – Elemento subjetivo.....	37
4 – Caracterização da concussão .....	38

5 - Análise dos fatos .....	42
5.1 – FATO 01: Pagamento de vantagens indevidas “X” em 1.988.....	42
5.1.1 – Descrição fática.....	42
5.1.2 – Configuração típica.....	42
5.2 – Fato 02: exigência sob ameaça de descadastramento.....	43
5.2.1 – Descrição fática.....	43
5.2.2 – Configuração típica.....	44
5.2.2.1 - Seria corrupção ativa?.....	44
5.2.2.2 – Crime de concussão.....	45
5.3 – Fato 03: A solicitação de aditivos e a suposta oferta de aumento das vantagens indevidas.....	47
5.3.1 - Descrição fática.....	47
5.3.2 - Configuração típica.....	47
5.4 – Lavagem de dinheiro.....	49
6 - Conclusão.....	49

<b>2. Tráfico de influência, usurpação de função pública e organização criminosa .....</b>	<b>51</b>
1 – Introdução.....	53
2 – O crime de tráfico de influência.....	54
2.1 – Configuração típica do crime de tráfico de influência.....	54
2.2 - Atipicidade dos fatos enquadrados como tráfico de influência.....	59
3 – O crime de usurpação de função pública.....	68
3.1 – Configuração típica do crime de usurpação de função pública.....	68
3.2 - Atipicidade do fato enquadrado como usurpação de função pública .....	70
4 – O crime de organização criminosa.....	73
4.1 – Configuração típica do crime de organização criminosa.....	73
4.2 - Atipicidade do crime de organização criminosa .....	77
5 - Aplicação da pena.....	79
6 - Configuração do crime continuado.....	82
7 – Resposta aos quesitos.....	88

<b>3. Desobediência e sigilo do negócio</b> .....	<b>93</b>
1 – Breve relato dos fatos .....	95
2 – Lista de fornecedores: segredo de negócio.....	96
3 – Usurpação de poderes pelo Ministério Público.....	98
4 – Crime de desobediência.....	100
5 – Respostas aos quesitos.....	102
<b>4. Peculato desvio e falsidade ideológica</b> .....	<b>105</b>
1 – Fatos.....	106
1.1. A denúncia contra os funcionários de “H”.....	106
1.2. O Convênio n. (...) e a aquisição dos ventiladores de “H”.....	107
1.3. O pagamento dos ventiladores pela Santa Casa.....	109
2 – A figura típica do peculato-desvio.....	110
2.1. O desvio do bem do fim a que se destina.....	111
2.2. O elemento subjetivo do tipo.....	112
3 – Inadequação típica .....	115
3.1 – Ausência de desvio .....	115
3.2 – Inocorrência do elemento subjetivo do proveito próprio ou alheio.....	117
3.3 – Em prol da própria Administração.....	118
4 – Inocorrência da falsidade ideológica.....	119
4.1 – Irrelevância jurídica e ausência de prejuízo .....	119
4.2 – Crime-meio e crime-fim: consumção.....	124
5 – Resposta aos quesitos.....	127
<b>5. Corrupção ativa e busca e apreensão de dispositivo eletrônico em aeronave</b> .....	<b>131</b>
1 – Introdução.....	133
2 – Busca e apreensão, sem mandado judicial, em aeronave .....	135
2.1 – O critério das “fundadas suspeitas” .....	137
2.2 – Critério da prisão para busca pessoal.....	140
2.3 – Buscas realizadas na aeronave ‘R’ no bojo da Operação XPTO.....	141
3 – Acesso a celulares e computadores sem mandado judicial .....	143



3.1 - O acesso aos celulares na Operação “XPTO”.....	150
4 – O princípio constitucional do juiz natural.....	151
4.1 – Jurisdição e Competência .....	153
4.2 – Competência por prerrogativa de função.....	155
4.3 – Busca e apreensão domiciliar.....	159
4.4 – Consequência da busca e apreensão domiciliar realizada com violação ao Juiz Natural.....	161
4.5 – Da busca e apreensão domiciliar realizada no âmbito da Operação “XPTO”.....	163
5 – Respostas aos quesitos.....	168
<b>6. Tráfico internacional de armas e abolitio criminis.....</b>	<b>173</b>
1 – Relato dos fatos.....	175
2 - Norma penal em branco e retroatividade .....	176
3 - Equívoco do MP: produto excluído do PCE e produto de uso permitido.....	180
4- Forma tentada.....	183
5- Inconstitucionalidade.....	186
6 - Resposta aos quesitos.....	188
<b>7. Patrocínio infiel e lavagem de dinheiro.....</b>	<b>195</b>
1 – Relato dos fatos .....	197
1.1.A política de acordos promovida por “D”.....	197
1.2. O acordo firmado entre “D” e “F”.....	198
1.3.A instauração de ação penal contra o Consulente.....	199
2 – O prejuízo como elemento do crime de patrocínio.....	201
2.1. Proteção da Administração da Justiça e do interesse da parte .....	201
2.2.A Doutrina brasileira .....	202
2.3.A Doutrina estrangeira.....	203
2.4.A Jurisprudência.....	205
2.4.1.A posição dos tribunais .....	205
2.4.2.Decisão em caso análogo.....	206
3 – A ausência de prejuízo no caso concreto.....	207

4 – Falta de justa causa e inépcia da denúncia.....	210
5 - O crime de associação criminosa.....	215
6 – Lavagem de dinheiro.....	220
7 – Resposta aos quesitos.....	224
<b>8. Cartel, associação criminosa e organização criminosa.....</b>	<b>227</b>
1 – Fatos.....	229
1.1. Das investigações do suposto cartel no mercado de combustíveis de “Felicidades”.....	229
1.2. Da denúncia contra o Consulente .....	229
1.2.1. Da ausência de descrição de conduta atribuída ao Consulente.....	229
1.2.2. Das transcrições de dois diálogos telefônicos entre o Consulente e pessoas não denunciadas.....	232
1.3. Do recebimento da denúncia e da impetração de <i>Habeas Corpus</i> .....	234
2 - Dados elementares de uma denúncia.....	234
2.1. Lição da Doutrina.....	235
2.2. Lição da Jurisprudência .....	237
2.3. Conclusão.....	239
3 - Por que não denunciado por cartel?.....	240
3.1. Cartel e associação criminosa .....	245
4 - Organização criminosa - configuração típica.....	247
5 - Inépcia da inicial.....	253
6 – Respostas aos quesitos.....	256
<b>9. Crimes tributários: inépcia da denúncia.....</b>	<b>259</b>
1 - Inépcia da denúncia e falta de justa causa .....	260
2 - Absolvição sumária e recebimento imotivado.....	266
3 - Resposta aos quesitos.....	268
<b>10. Descaminho, interposição fraudulenta e sonegação fiscal .....</b>	<b>271</b>

1 – Panorama fático.....	276
1.1. “D” e a sua relação com “F”.....	276
1.2. O Edital de Concorrência.....	276
1.2.1. Objeto e objetivos do Edital.....	276
1.2.2. Escopo dos serviços e principais premissas (operacionais e comerciais).....	277
1.3. O Acordo de Fornecimento firmado entre “D” E “K”.....	278
1.4. Os aditivos contratuais.....	279
1.5. A execução do Acordo de Fornecimento.....	280
2 – O programa inovar-auto.....	280
3 – A interposição fraudulenta real e presumida.....	283
4 – Crime tributário.....	292
5 – O crime de descaminho.....	296
6 – Falsidade ideológica.....	300
7 – Resposta aos quesitos.....	304

## **11. Fraude contra empresa por sócio: apropriação indébita, furto mediante fraude ou estelionato?..... 307**

1 – Fatos.....	308
1.1. Da instauração de inquérito policial.....	308
1.2. Das supostas fraudes praticadas pelo Consultante.....	309
1.3. Da renúncia ao direito de representação pela vítima.....	312
2 – Adequação típica.....	312
2.1. Não se configura apropriação indébita.....	312
2.1.1. Elementos do tipo.....	312
2.1.2. Atipicidade da apropriação indébita.....	314
2.2. Não se configura furto mediante fraude.....	315
2.2.1. Elementos do tipo.....	315
2.2.2. Atipicidade do furto mediante fraude.....	316
2.3. Configura-se um estelionato.....	317
2.3.1. Elementos do tipo.....	317
2.3.2. Tipicidade do estelionato.....	319
2.3.3. Crime-meio e crime-fim: consunção.....	320
3. Renúncia à representação e extinção da punibilidade.....	321

3.1. Delimitação da vítima e renúncia à representação.....	321
3.2. Representação da empresa.....	324
4 – Respostas aos quesitos.....	326
<b>12. Eficácia do acordo de colaboração premiada.....</b>	<b>329</b>
1 – Breve relato dos fatos.....	331
1.1. Acordo de colaboração premiada firmada pelo consulente e o Ministério Público Federal.....	331
1.2. Homologação do Acordo de Colaboração Premiada e desmembramento de Anexos.....	334
2 – Colaboração premiada: o todo indivisível.....	335
3 – Parte contratante: Ministério Público uno e indivisível.....	340
4 – Núcleo do acordo: a confiança.....	344
5 – Competência: incidência e exclusão.....	350
6 – Na hipótese indevida de não adesão: inutilização das provas.....	354
7 – Respostas aos quesitos.....	356
<b>13. Desvio de financiamento do BNDES por Prefeitura Municipal .....</b>	<b>361</b>
1- Resumo dos fatos.....	363
2- Incompetência federal.....	367
3- Crime de desvio de financiamento.....	372
3.1. Elementos do tipo e atipicidade.....	372
3.2. Hipótese de ocorrência do delito.....	377
3.2.1. Possibilidade de autoria exclusiva de funcionários.....	377
3.3. Possibilidade de autoria do prefeito - Concurso aparente de normas.....	377
4- Conclusão e respostas aos quesitos.....	379
<b>14. Abuso do poder econômico e contrato de exclusividade .....</b>	<b>381</b>
1 - Relato dos fatos.....	383
2 - Contrato de cooperação e exclusividade.....	385
3 - O exame do caso concreto: os diálogos entre os colaboradores de “b”.....	392

4 - A absoluta inadequação típica.....	411
5 - Conclusão e respostas aos quesitos.....	416
<b>15. Invasão a dispositivo informático e fishing expedition .....</b>	<b>421</b>
1 - Fatos.....	422
1.1. Do procedimento arbitral instaurado a pedido de “B” contra “C”.....	422
1.2. Da instauração de inquérito policial.....	423
1.3. Das supostas ameaças e extorsões .....	424
1.3.1. Da suposta ameaça de morte por telefonema.....	424
1.3.2. Do indivíduo “suspeito”.....	425
1.4. Da pretensa Organização Criminosa.....	426
1.5. Da suposta violação de dispositivo informático.....	428
2 - Os crimes de ameaça e extorsão .....	429
2.1. Elementos constitutivos do crime de ameaça .....	429
2.1.1. Crime complexo .....	430
2.1.2. Injustiça e gravidade .....	431
2.2. Elementos constitutivos do crime de extorsão .....	432
2.2.1. A ameaça e o constrangimento na extorsão .....	432
2.2.2. A indevida vantagem econômica .....	434
2.3. Análise dos fatos .....	435
2.4. Ausência de indícios do fato e da autoria da extorsão .....	438
3 - Organização criminosa .....	441
3.1. Configuração típica .....	441
3.2. Análise do “fato”: não há Organização Criminosa .....	446
4 - Crime de invasão de dispositivo informático .....	450
4.1. Configuração típica .....	450
4.2. Análise dos fatos – acusações inverídicas .....	451
5 - Persecução penal sem justa causa.....	454
6 - Respostas aos quesitos .....	457
<b>16. Abandono de incapaz.....</b>	<b>461</b>
1 - Breve relato dos fatos.....	462

2 – O tipo penal do abandono de incapaz.....	467
2.1. Abandonar.....	467
2.2. Dever de proteção e situação de perigo.....	469
2.3. Elemento subjetivo.....	470
2.4. Fuga.....	471
3 – Adequação típica.....	472
4 – Resultado morte.....	475
5 – Configuração da qualificadora.....	477
6 – Respostas aos quesitos .....	478
<b>17. Importunação sexual ou estupro? .....</b>	<b>481</b>
1 – Relato dos fatos.....	482
1.1. Denúncia.....	482
1.3. Sentença de absolvição sumária.....	483
1.4. Apelação.....	483
1.5. Contrarrazões de apelação .....	484
2 – Incoerências de “c”.....	485
2.1. As diferentes versões da suposta vítima.....	485
2.2. As contradições entre as versões da suposta vítima e os demais elementos informativos.....	487
2.3. Irrazoável o comportamento posterior da vítima.....	489
3 – Avaliação crítica da prova.....	491
3.1. Dados probatórios negativos da versão acusatória.....	492
3.2. Narrativa inconsistente e implausível.....	493
3.2.1 Inconsistência.....	493
3.2.2. Inverossimilhança.....	494
4 – Falta de justa causa.....	497
5 – Tentativa.....	500
6 – Da importunação sexual.....	501
7 – Conclusão.....	503
8 – Resposta aos quesitos.....	503
<b>18. Redução à condição análoga de escravo .....</b>	<b>507</b>
1 – Fatos.....	509

1.1. O Grupo “E” e “D”.....	509
1.2. Os contratos de facção firmados entre “D” e as empresas de confeção.....	509
1.3. A autuação trabalhista sofrida por “D”.....	512
2 - Natureza da portaria interministerial.....	515
3 - Princípio da reserva de lei.....	519
4 - Princípio da legalidade e poder regulamentar.....	522
5 - Inconstitucionalidade da portaria.....	524
6 - A responsabilidade de “D”.....	524
7 - Teoria do domínio do fato.....	527
8 - Cegueira deliberada.....	531
9 - Dever e poder de agir – contrato de facção.....	533
10 - Trabalho análogo à escravidão.....	538
11 - Resposta aos quesitos.....	541

## **19. Homicídio: vedação a reformatio in pejus indireta...547**

1 - Relato dos fatos.....	549
1.1. Denúncia contra o Consulente.....	549
1.2. Primeira decisão de pronúncia.....	549
1.3. Anulação, de ofício, da primeira pronúncia.....	550
1.4. Segunda decisão de pronúncia.....	551
1.5. Segundo recurso em sentido estrito.....	551
1.6. Sentença condenatória.....	552
2 - <i>Reformatio in pejus</i> indireta.....	553
3 - Conceituação do dolo direto e eventual.....	562
4 - Dados antecedentes, concomitantes e posteriores demonstrativos da ausência de dolo do Consulente.....	564
4.1. Ausência de conflitos anteriores.....	565
4.2. Distância e escuridão.....	566
4.3. Surpresa em face do resultado.....	569
4.4. Aferição da ausência de intencionalidade.....	569
5 - Impossibilidade material de o consulente ter causado o resultado.....	571
5.1. Incompatibilidade entre os diâmetros dos projéteis.....	571

5.2. Incompatibilidade entre as trajetórias dos projéteis .....	572
6 – Conclusão.....	573
7 – Respostas aos quesitos.....	573
<b>20. Homicídio qualificado: quebra da cadeia de custódia .....</b>	<b>577</b>
1 – Fatos.....	579
1.1. Da síntese processual .....	579
1.2. Dos ofícios de encaminhamento do material genético e da realização do exame de DNA.....	580
1.3. Do exame de corpo de delito.....	583
2 – Da quebra da cadeia de custódia: a ilicitude do exame de DNA.....	583
2.1. A importância da preservação da cadeia de custódia.....	583
2.2. As consequências jurídicas da quebra da cadeia de custódia .....	588
2.3. A ilicitude do exame de DNA por quebra da cadeia de custódia dos dentes periciados.....	592
3 – Das incompatibilidades do resultado do exame de corpo de delito com as características da suposta vítima e com a execução do suposto crime .....	594
4 – Conclusão – da inexistência de comprovação da materialidade delitiva.....	596
5 – Resposta aos quesitos.....	598